

DIÁLOGOS ENTRE PENSAMENTO DECOLONIAL E ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO

*Flávia Naves**
*Christiane Batista Lobato***

O objetivo deste ensaio é discutir desafios e oportunidades para a pesquisa social que surgem da aproximação entre as vertentes do Pensamento Decolonial (PD) e da Análise Crítica de Discurso (ACD) desenvolvida por Norman Fairclough. O artigo resgata as bases dessas correntes de pensamento, que defendem um compromisso com a mudança social e sintetiza os aspectos em que se aproximam e desafiam os cientistas sociais. A partir desse cenário, refletimos sobre as implicações da adoção de tais perspectivas para o campo das Ciências Sociais. Construir pontes entre PD e ACD implica trazer à tona fenômenos e vozes das margens, colocando em movimento novas disputas de poder. Buscamos contribuir com o debate sobre a relevância da pesquisa social, em contextos desiguais, por meio de um panorama que permite o diálogo transdisciplinar com pesquisadores do campo das Ciências Sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Pensamento Decolonial. Análise Crítica de Discurso. Transdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

São muitos os pesquisadores do campo das Ciências Sociais que se sentem insatisfeitos com os impactos de seus trabalhos sobre os contextos sociais nos quais atuam. Preocupação semelhante foi expressa por Elisa Reis (1999) no trabalho “As ciências sociais e o bug do milênio” e tem sido reiterada por vários autores desde então. Buscando construir pesquisas sociais que façam sentido, no presente de nossas sociedades, dois fenômenos de interesse desse artigo se destacam: a) a busca por abordagens de pesquisa engajadas; e b) a articulação teórico-metodológica de diferentes perspectivas científicas. Nos últimos anos, temos nos dedicado também a esse desafio, buscando aprofundamento sobre o Pensamento Decolonial (PD) e sobre a Análise Crítica de

Discurso (ACD), especificamente sobre a abordagem desenvolvida por Norman Fairclough.

O PD, orientado criticamente, dedica-se às histórias e experiências marcadas pela colonialidade – relações de poder que permanecem, após o término da colonização formal –, buscando conectar formas autênticas de pensamento, na América Latina e em outros lugares do mundo, cuja expansão imperial/colonial nega a universalidade abstrata do projeto moderno e aponta modos de pensar, ser e atuar distintos (Walsh, 2005). Como um caminho de interpretação de realidades específicas, principalmente, na América Latina, o PD estimula a produção de estudos e a visibilidade de relações, pessoas e organizações historicamente subalternizados, bem como as resistências às estratégias de subalternização. Ou seja, sob a lógica do PD, prioriza-se a perspectiva do subalterno,¹ o “perdedor”, o invisibilizado.

Para o campo acadêmico, isso implica questionar a suposta neutralidade científica, assumindo que existem lentes politicamente

* Universidade Federal de Lavras. Departamento de Administração e Economia.
Caixa Postal 3037 – Campus Universitário. Cep: 37200-900.
Lavras – Minas Gerais – Brasil. flanaves@ufla.br
Orcid 0000-0003-2501-8904

** Centro Universitário de Lavras (Unilavras).
Rua Padre José Pogge, 506. Centenário. Cep: 37203-593.
Lavras – Minas Gerais – Brasil.
christianelobato@unilavras.edu.br
Orcid 0009-0001-0641-5106

¹ O termo “subalterno” não se aplica a todo e qualquer sujeito marginalizado, mas àqueles que se apresentam em um lugar silenciado, ou seja, àqueles pessoas cujas vozes não podem ser ouvidas (Spivak, 2010).

distintas para a compreensão de fenômenos sociais e que a opção por tais lentes influencia contextos sociais.

As Ciências Sociais se expandiram, ao redor do mundo, como uma interpretação única (hegemônica) das sociedades e relações sociais, apagando outras formas de sociabilidade, trabalho e vida que não se encaixavam nesse modelo dominante (Mignolo, 2014b). O PD defende o enfrentamento da epistemologia hegemônica – que se reflete num padrão mundial de poder (Quijano, 2005) –, reformulando os princípios e estruturas do conhecimento como caminho para renovar as categorias e sistemas de crenças que as Ciências Sociais eurocêntricas negaram (Mignolo, 2014b). Isso sugere o desvelamento, promoção e legitimação da pluriversalidade de conhecimentos/saberes (Abdalla; Faria, 2017).

Essa discussão tem ganhado fôlego à medida que mais pesquisadoras e pesquisadores, em diferentes centros de pesquisa (periféricos ou não), questionam o universalismo etnocêntrico, o euro-norteamericanismo teórico, o positivismo epistemológico e o neoliberalismo científico como pilares das Ciências Sociais (Ballestrin, 2013; Ibarra-Colado, 2006; Silva; Wanderley, 2022).

A emergência do PD, nas pesquisas em Ciências Sociais, levanta questões de natureza epistemológica e metodológica. Para Calderón (2017), desenvolver pesquisas, baseando-se na perspectiva decolonial, demanda o rompimento com metodologias tradicionais, de vieses positivista-funcionalistas, processo impulsionado pelo princípio fundamental do PD de descolonizar e reconfigurar as Ciências Sociais e os paradigmas existentes (Ocaña; López, 2019). Contudo, não se trata apenas de buscar e aplicar métodos e técnicas que se alinhem com o PD; é preciso refletir epistemologicamente sobre tais conexões que podem levar a reconfigurações teóricas, metodológicas e às práticas de pesquisa.

Aderindo a esse desafio, alguns pesquisadores sociais (Abdalla; Altaf, 2018; Bragato;

Colares, 2017; Calderón, 2017; Lima; Cappelletti; Pereira, 2019) discutem a combinação entre PD e a ACD, especificamente a vertente da Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough – que trataremos apenas de ACD.

A ACD, compreendida como uma perspectiva crítica, volta-se para a análise das relações entre aspectos discursivos e não discursivos do social a fim de compreender a complexidade dessas relações. Por meio dessa abordagem, é possível apontar e desnaturalizar representações ideológicas tomadas, no senso comum, como neutras e corretas, além de investigar os efeitos do discurso nas estruturas sociais (Fairclough, 2000).

Estamos tratando de abordagens complexas, que se propõem a compreender fenômenos sociais também complexos, que oferecem ricas possibilidades de contribuição para as Ciências Sociais, mas que apresentam desafios significativos. Diante da complexidade dessa articulação, buscamos contribuir com o debate respondendo às questões: Quais são as possibilidades de aproximação entre o PD e a ACD? Quais são os desafios para os cientistas sociais colocarem em prática essa articulação?

O objetivo deste ensaio é delinear algumas possibilidades de aproximação entre o PD e a perspectiva teórico-metodológica da ACD – proposta por Norman Fairclough –, discutindo os desafios e contribuições envolvidos nesse processo para as Ciências Sociais.

Buscamos contribuir com o debate sobre a relevância da pesquisa social, em contextos cada vez mais desiguais, assumindo para isso uma perspectiva socialmente engajada. Esse debate se faz presente nas Ciências Sociais – por exemplo: Reis (1999) –, em que pesquisadores apontam a necessidade de consolidar a importância de teorias e pesquisas significativas, portanto, situadas cultural e historicamente (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007; Grosfoguel, 2008; Sá *et al.*, 2020). Tal esforço torna-se ainda mais relevante no contexto brasileiro, em que pesquisadores têm se deparado com o desafio de entender a singularidade das

práticas organizacionais do país, um contexto significativamente diverso daquele, em que se desenvolve a grande maioria das teorias e tecnologias de gestão, que são correntemente incorporadas por todo o mundo (Abdalla; Faria, 2017; Caldas; Wood Junior, 1999; Carrieri; Correia, 2020). Esse desafio passa pela compreensão de uma epistemologia hegemônica, que se manifesta em discursos globalizantes e neoliberais, aspectos centrais das abordagens aqui discutidas.

A presença de publicações sobre PD e ACD, no campo das Ciências Sociais, ao mesmo tempo que mostra o interesse dos pesquisadores, também aponta dificuldades de operacionalização. Pretendemos contribuir para que pesquisadores possam enfrentar crítica e criativamente tais dificuldades no cotidiano da pesquisa.

Para organizar as reflexões, organizamos este trabalho em quatro sessões, que incluem esta introdução. A segunda seção apresenta os fundamentos teóricos do PD e da ACD. A terceira seção busca estabelecer os aspectos que aproximam essas duas abordagens, bem como os desafios envolvidos nesse processo. Procuramos, ainda, destacar algumas contribuições e conflitos que tal aproximação pode trazer para o campo das Ciências Sociais. Por fim, são apresentadas as considerações finais deste ensaio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Pensamento Decolonial

Como parte do pensamento crítico latino-americano, o PD tem sua origem no movimento Modernidade e Colonialidade (M/C), que surgiu nos 1990, nos Estados Unidos. Denominado, atualmente, como Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (MCD), o movimento orienta-se pela reflexão e pelo debate contínuos acerca da realidade cultural e política da América Latina e busca aprofundar e desnaturalizar as estruturas de poder colonial

presentes no mundo contemporâneo (Escobar, 2005). A identidade do grupo é marcada por influências do pensamento crítico latino-americano do século XX, tais como Filosofia da libertação, Teoria da dependência e Teoria do sistema-mundo (Ballestrin, 2013).

O conceito de colonialidade, inicialmente desenvolvido por Anibal Quijano, é central no PD, orientando processos de contestação e análise da modernidade (Neske, 2014). O uso do termo frequentemente causa alguma confusão. Embora semelhantes e relacionados, colonialidade e colonialismo não têm o mesmo significado. O colonialismo refere-se à dominação direta, explícita, formal política, cultural e social de algumas sociedades (dominantes) sobre outras (dominadas), que se extingue com o fim da administração colonial (Quijano; Wallerstein, 1992). O colonialismo moderno, contudo, produz e se instala por meio da colonialidade, ou seja, uma forma de poder que supera a relação de dominação ou poder formal entre nações e povos (Maldonado-Torres, 2007) e que se caracteriza por discriminações sociais – raciais, étnicas e nacionais – entre colonizadores e colonizados (Quijano, 2000, 2005). Colonialidade, portanto, refere-se a poder.

É o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) [...] a natureza e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças (Quijano, 2014, p. 76).

O contexto de emergência da colonialidade é situado na conquista das Américas. Para Quijano (2005), a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder mundial, baseado em dois processos históricos: a ideia de raça como distinção entre conquistadores e conquistados – submetidos estes a uma

condição natural de inferioridade; e o imperativo do capital e do mercado mundial no controle da exploração do trabalho e da produção. Com a colonização europeia, a ideia de raça na América e, depois no resto do mundo, legitimou a classificação social e a perspectiva eurocêntrica – e depois, norte-americana – do conhecimento (Quijano, 2005). Tudo aquilo que não se encaixa ou não se explica no saber hegemônico – pessoas, línguas, religiões, conhecimentos e regiões – é racializado e definido como subalterno (Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2008).

A construção da hegemonia europeia, a imposição de um modelo de classificação social tem origem na modernidade, interpretada de forma singular na perspectiva decolonial. A modernidade não é considerada como um processo ou período histórico, no qual a Europa atingiu sua hegemonia mundial e, sim, uma narrativa de um período histórico, na qual esse recorte geopolítico se afirma como centro do mundo (Mignolo, 2003, 2008). A modernidade é um fenômeno que se inicia com a colonização das Américas pela Espanha e Portugal, no século XVI, criando as bases para a consolidação da economia capitalista e hegemonia europeia (Quijano; Wallerstein, 1992). Para Mignolo (2011), a colonialidade é o lado obscuro e indissociável da modernidade.²

A colonialidade, na articulação de todas as suas dimensões – colonialidade do poder, ser, o saber (Quijano, 2000, 2005) e a colonialidade da natureza (Walsh, 2007) – como princípio organizador que estrutura as múltiplas hierarquias do sistema-mundo (Grosfoguel, 2008), gerou uma epistemologia territorial e imperial que suprimiu histórias, memórias e conhecimentos produzidos localmente. Contribuiu para esse processo o fato de que as Ciências Sociais, que emergiram na Europa no século XIX, espalharam-se e legitimaram-se ao redor do mundo (Mignolo, 2014b).

Ancoradas no modelo liberal de organização da propriedade, do trabalho e do tempo,

as Ciências Sociais alcançaram hegemonia, criando referências a uma única forma de vida possível, fazendo com que as lutas sociais saíssem do modelo civilizatório e a resistência a esse modelo ocorresse apenas no interior da sociedade liberal, plenamente naturalizada (Lander, 2005).

O debate sobre colonialidade nas Ciências Sociais volta-se para os valores sociais e à parcialidade na produção de conhecimento.

O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. [...] Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (Grosfoguel, 2008, p. 119).

Embora instrumento de dominação, a diferença colonial não garante a passividade dos sujeitos subalternizados, como revelam os movimentos de descolonização, a partir do final do século XVIII até a segunda metade do século XX (Mignolo, 2005). As dinâmicas de poder que perpassam a colonialidade são intensas. Se há um reconhecimento e fortalecimento de movimentos e propostas que questionam a estrutura social e a hegemonia neoliberal (Abdalla; Faria, 2017), observa-se também a radicalização da empreitada colonialista – ainda que com nova roupagem – que busca deslegitimar e aniquilar as iniciativas de descolonização do Sul Global (Faria; Abdalla; Guedes, 2021).

Para enfrentar a epistemologia hegemônica, é preciso consolidar caminhos para um “outro pensamento”, uma nova dimensão epistemológica que provoque fissuras na colonialidade e desafie a lógica moderna. A cumplidade histórica entre as Ciências Sociais e a colonialidade do poder na produção de conhecimento deve ser rompida, a fim de que o su-

² Um aprofundamento sobre essa discussão pode ser encontrado em Mignolo (2011) e Santos (2014).

balterno possa ser ouvido e, a partir dessa escuta, sejam ressignificadas práticas, políticas e processos. Assim, é preciso desnaturalizar os processos sociais, retomando perspectivas subalternas capazes de confrontar o paradigma eurocêntrico hegemônico do conhecimento (Mignolo, 2005). A alternativa, para a retórica da modernidade, é olhar para as margens do sistema, privilegiando o pensamento liminar ou de fronteira, que somente pode existir, na perspectiva subalterna, considerando histórias diferentes e suas relações de poder específicas (Escobar, 2008; Mignolo, 2011, 2003; Neske, 2014; Oliveira; Wanderley, 2022).

Tal proposição implica enfrentar o processo de desvalorização e apagamento da produção intelectual de povos do Sul Global. Formas de conhecimento que sustentam as práticas cotidianas de milhares de pessoas são desprezadas pela perspectiva hegemônica do conhecimento – e, em alguns casos, apropriadas pelos dominantes –, apagando o trabalho daqueles que as criaram e as praticam. Nesse contexto, a produção acadêmica do Sul Global é, com frequência, ignorada, sem que seu conteúdo seja realmente analisado. O *locus* de sua produção é suficiente para deslegitimá-la, assim como seus produtores.

A colonialidade se manifesta, ainda, à medida que pesquisadores das regiões periféricas do mundo, ao buscar uma legitimidade diante dos parâmetros hegemônicos da ciência, produzem pesquisas, cujos resultados atendem formalmente aos critérios acadêmicos consolidados, mas, comumente, não fazem sentido no contexto social em que são desenvolvidas. Essa dissonância é um desafio, mesmo para pesquisadores que informam se orientar pelo PD – uma contradição que contribui para deslegitimar as propostas defendidas por esse movimento.

Como lembra Navarrete (2014), um dos eixos fundamentais do PD é orientar-se pelas práticas sociais das populações, por visões e experiências originais sobre problemáticas da realidade contemporânea que possam facilit-

tar debates sobre outro mundo possível. Para isso, tal perspectiva considera relevantes as interações entre aspectos macro e micro para a compreensão da realidade social. O exercício do poder não se reduz apenas às relações de produção e autoridade: ele está presente nas microrrelações e é um fenômeno disperso e fluido (Quijano, 2014).

Dois caminhos independentes orientam o PD: a) um analítico, voltado para a análise da retórica da modernidade e da lógica da colonialidade; e b) um programático, comprometido com a construção de uma gramática da decolonialidade (Mignolo, 2010).

O conhecimento de que trata o PD está comprometido com a mudança social e com a libertação humana. Não se trata apenas de “uma opção de conhecimento, uma opção acadêmica, um domínio de estudo, mas de uma opção de vida, de pensar e de fazer” (Mignolo, 2014a, p. 44). Tal posicionamento tem implicações significativas sobre o desenvolvimento de pesquisas em Ciências Sociais, fortemente marcadas por uma suposta neutralidade e distanciamento do pesquisador em relação ao fenômeno estudado.

Sauerbronn, Ayres, Silva e Lourenço (2021) destacam que o debate sobre métodos de pesquisa, no âmbito de PD, implica questionar as possibilidades dos cientistas sociais de transcender o condicionamento imposto pela ciência hegemônica para revelar a verdade inerente ao fenômeno investigado. De acordo com os autores, é preciso ir além dos métodos qualitativos tradicionais de coleta e análise de dados ou análise de discursos.

Os protocolos tradicionais de pesquisa demandam a antecipação da prática investigativa com detalhamentos sobre variáveis, roteiros, entre outros aspectos. Do ponto de vista do PD, essa pode ser uma atividade impossível, uma vez que não se pode garantir de antemão o que, de fato, ocorrerá no processo de pesquisa (Borsani, 2014; Calderón, 2017).

Em lugar da busca ou tentativa de replicação de um suposto “protocolo metodoló-

gico decolonial” (Borsani, 2014), é necessário pensar sobre as interações do pesquisador no processo de produção do conhecimento. Pensar a construção do conhecimento como um processo artesanal sustentado pelo conceito de “minga epistêmica” (Santos, 2019). “Minga epistêmica” exige curiosidade e modéstia do pesquisador. Não é necessário remover e deslocar os anteriores saberes, mas permitir o despertar de outros por meio do reconhecimento do pesquisador como indivíduo dentro de um dado contexto social (Sauerbronn *et al.*, 2021).

A busca por metodologias que dialoguem com o PD tem estimulado muitos debates e proposições no campo científico (Bragato; Colares, 2017; Borsani, 2014; Calderón, 2017; Sauerbronn *et al.*, 2021; Silva; Wanderley, 2022). Do campo da análise de discurso, também, surgem questionamentos sobre a importância da colonialidade, na interpretação das relações sociais na América Latina e Brasil (Dulci; Malheiros, 2021; Resende, 2020), discutindo-se, inclusive, a consolidação da ACD Latino-Americana (Macedo, 2022). Para traçarmos possíveis conexões entre PD e ACD, apresentamos, no tópico seguinte, os principais elementos que constituem os interesses do campo da ACD e das especificidades da abordagem desenvolvida por Norman Fairclough.

ANÁLISE CRÍTICA DE DISCURSO E A PERSPECTIVA DE NORMAN FAIRCLOUGH

Começamos buscando situar a ACD, de forma geral, antes de discutirmos a proposta de Fairclough. Situada na interface entre Linguística e Ciência Social Crítica, a ACD contempla a análise linguística, a crítica social e o momento sócio-histórico da contemporaneidade (Fairclough, 2005; Tílio, 2010), com o propósito de oferecer suporte científico a questionamentos e críticas aos problemas sociais relacionados ao poder, controle e justiça (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003).

Assim como o PD, a ACD não é apenas uma teoria, mas um campo de estudos³ constituído por abordagens teóricas e metodológicas heterogêneas (Wodak, 2004). Em comum, essas abordagens compartilham o interesse fundamental de “investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada e, assim por diante, pelo uso da linguagem (ou no discurso)” (Wodak, 2004, p. 225).

Uma abordagem crítica do discurso “procura estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais” (Resende; Ramalho, 2004, p. 185). Distingue-se, fundamentalmente, de outras correntes da análise de discurso, ao indicar e desnaturalizar representações ideológicas tomadas como neutras no senso comum, bem como analisar os efeitos de tais representações nas estruturas sociais (Wodak, 2004; Fairclough, 2001).

A ACD pode ser vista como

uma forma de ciência crítica, concebida como ciência social orientada a identificar os problemas que indivíduos enfrentam, em decorrência de formas particulares da vida social e destinada, igualmente, a desenvolver recursos de que as pessoas possam se valer, a fim de abordar e superar esses problemas (Fairclough, 2003, p. 185).

A ACD focaliza não apenas os textos – falados ou escritos – como objetos de investigação, mas busca compreender o desempenho do discurso, na instituição e manutenção de problemas sociais, gerando um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e elementos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais (Resende; Ramalho, 2004).

Como proposta transdisciplinar, a ACD estabelece uma relação dialógica com outras

³ Num esforço de apresentar didaticamente o campo da ACD, Wodak e Meyer (2001) identificam seis correntes:

a) Abordagem Histórico-Discursiva (Ruth Wodak and Martin Reisigl); b) Abordagem do Objeto Linguístico Gerlinde Mautner); c) Abordagem dos Atores Sociais (Theo van Leeuwen); d) Abordagem de Análise Dispositiva (Siegfried Jäger and Florentine Maier); e) Abordagem Sociocognitiva (Teun van Dijk); e f) Abordagem Dialético-Relacional (Norman Fairclough).

teorias e métodos sociais (Fairclough, 2000, 2005), o que sugere o rompimento de fronteiras epistemológicas, ao operacionalizar e transformar outras teorias em favor da abordagem sociodiscursiva (Resende; Ramalho, 2006). Todavia, é importante destacar que a transdisciplinaridade, proposta e incentivada pela ACD, é também um de seus desafios. Segundo Wodak (2004), o campo ainda não conseguiu tornar a inter ou transdisciplinaridade uma parte integral das análises textuais.

Uma confusão frequente, em relação à ACD, é seu tratamento apenas como método ou ferramenta de análise. Trata-se, na verdade, de uma abordagem teórico-metodológica sobre o discurso com perspectiva sócio-histórica na qual teoria e método são inseparáveis (Fairclough, 2001, 2008, 2012; Tílio, 2010). Equívocos como esse derivam, entre outros fatores, da ausência de um embasamento teórico adequado, como identificam Alvesson; Karreman (2000).

Três conceitos são indispensáveis para a ACD: o conceito de poder; o conceito de história; e o conceito de ideologia. Levando em conta as premissas de que o discurso é estruturado pela dominação; de que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detêm o poder, a ACD possibilita a análise das pressões verticalizadas e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais (Wodak, 2004, p. 226).

Com um rápido panorama da ACD, é possível (e necessário) escolher um caminho para aprofundar conceitos, como recomendam os pesquisadores do campo. A opção pela perspectiva de Fairclough nos permite uma discussão mais consistente e atende a orientação de especificar a qual das vertentes teóricas e/ou metodológicas os pesquisadores estão se referindo quando tratam da ACD (Wodak; Meyer, 2001).

Identificado como pesquisador da Abordagem Dialético-Relacional (Wodak; Meyer, 2001), Fairclough construiu sua proposta de

ACD como uma Teoria Social do Discurso. Discurso entendido como prática social e não atividade puramente individual, consistindo em uma forma de ação sobre o mundo e sobre os outros e, também, uma forma de representação desse mundo. A estrutura social e o discurso mantêm relação dialética. O discurso é moldado pela estrutura social em todos os níveis – classe e relações sociais, normas e convenções e sistemas de classificação, por exemplo. Da mesma forma, o discurso é socialmente constitutivo, ou seja, contribui para a composição de todas as estruturas sociais que o moldam (Fairclough, 2008). Assim sendo, o discurso é uma prática social que, além de representar a realidade, a constitui, ao construir o mundo em significado (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2001).

Para entender tais relações dialéticas, é importante considerar os conceitos de ideologia e hegemonia. O termo “ideologia” refere-se a “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas, em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem, para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação” (Fairclough, 2001, p. 117). A ideologia é mais efetiva quando sua ação é menos visível, ou seja, se uma pessoa se torna consciente de que um determinado aspecto do senso comum sustenta desigualdades de poder, em detrimento de si próprio, aquele aspecto deixa de ser senso comum e pode perder a potencialidade de sustentar tais desigualdades, isto é, de funcionar ideologicamente (Fairclough, 1989).

Nesse contexto, a ideologia é, por natureza, hegemônica, servindo para estabelecer e sustentar relações de dominação e, também, para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes (Resende; Ramalho, 2006), disseminando uma representação particular de mundo como se fosse a única possível e legítima (Ramalho; Resende, 2011).

Relacionando discurso, ideologia e hegemonia, Fairclough (1997) infere que hege-

monia implica o desenvolvimento – em vários domínios da sociedade civil, como o trabalho, a educação, as atividades de lazer – de práticas que naturalizam relações e ideologias específicas, na maioria, práticas discursivas. Dialogando com Gramsci, Fairclough (2001) caracteriza hegemonia como a dominação exercida pelo poder de um grupo sobre os demais, baseada mais no consenso que no uso da força. Para o autor, esse domínio é instável, é temporário.

Tais conceitos estruturam uma teoria robusta que propõe alguns caminhos diferenciais também para a sua operacionalização. Pedro (1997) destaca que, na ACD de Fairclough, os aspectos formais do texto são analisados, descritos e interpretados, com base no quadro de prática social em que estão imersos, uma vez que as análises precisam estar, necessariamente, inseridas em uma teoria sociocultural da comunicação.

Duas propostas de modelo caracterizam as pesquisas desenvolvidas a partir da ACD de Fairclough. A primeira propõe uma análise, em três dimensões, no chamado modelo tridimensional de ACD, elaborado pelo autor, em 1989, e aprimorado, em 1992 (Resende; Ramalho, 2004). Nesse modelo, a análise é dividida em três etapas: a) a análise da prática textual (gramática, vocabulário etc.); b) a análise das práticas discursivas (processos sociais de produção, distribuição e consumo do texto, por exemplo); e c) a análise das práticas sociais (ideologia, hegemonia). Embora haja forte interdependência entre os três níveis de análise do discurso citados, não há regra sobre qual desses níveis é o ponto de partida (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2008).

Em 1999, Chouliaraki e Fairclough desenvolveram nova proposta para operacionalização da ACD – denominada enquadre para a ACD – com o objetivo de refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre as mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social (Resende; Ramalho, 2004). Essa proposta envolve as etapas de: a) ênfase em pro-

blema social, baseado em relações de poder, na naturalização de discursos particulares como sendo universais; b) identificação de obstáculos, para que esse problema seja superado, ou seja, identificação de elementos da prática social que sustentam o problema social em análise; c) identificação da função do problema, na prática, considerando se a ordem social é um problema ou não; d) identificação de maneiras possíveis para superar os obstáculos; e e) reflexão crítica sobre a análise (Fairclough, 2005; Resende; Ramalho, 2006).

O movimento do modelo tridimensional para o enquadre busca privilegiar a articulação entre práticas sociais e fortalecer o foco na dialética e no caráter emancipatório da ACD (Resende; Ramalho, 2004).

A ACD oferece várias ferramentas de análise – principalmente, para a análise textual – que podem ser combinadas na pesquisa social. Não cabe, neste trabalho, uma discussão sobre tais possibilidades analíticas, que dependem do objetivo da pesquisa a ser desenvolvida. Nosso foco reside no debate das aproximações entre ACD e o PD que discutiremos na seção a seguir.

CONSTRUINDO PONTES: pensamento decolonial e análise crítica de discurso

Com base em uma caracterização do PD e da ACD, construída nas seções anteriores, é possível identificar aproximações entre as abordagens, bem como as contribuições e desafios decorrentes dessas aproximações. Essa é uma atividade importante e desafiadora para aqueles que pretendem desenvolver uma pesquisa orientada por tais abordagens.

Um dos principais aspectos que aproximam PD e ACD refere-se ao caráter crítico de ambas as abordagens, amplamente explicitado pelos pesquisadores dos dois campos. A primeira concebida como um posicionamento epistêmico crítico (Escobar, 2003; Mignolo,

2005; Mignolo, 2010) e a segunda como uma abordagem teórico-metodológica crítica (Tílio, 2010). A crítica refere-se a um esforço, para desnaturalizar desigualdades e hierarquias sociais, geradas por uma estrutura hegemônica, garantindo visibilidade a aspectos ocultos das relações sociais, de modo a favorecer aqueles que se encontram em situação de desvantagem. Embora as discussões sobre a desigualdade social sejam esboçadas por caminhos distintos, no PD e na ACD, a importância da perspectiva histórica, da análise das relações de poder, bem como da ideologia e hegemonia na compreensão dos fenômenos sociais permitem estabelecer diálogos intensos.

A concepção de ciência crítica nos leva a outro aspecto central para PD e ACD: o compromisso com mudança social. Ao assumirem como objetivo produzir conhecimento que favoreça grupos sociais em situação de desvantagem (Fairclough, 2001; Mignolo, 2005), as abordagens questionam e entram em choque com a concepção hegemônica de ciência, marcada por suposta neutralidade do pesquisador. Nesse sentido, reconhecem – de forma mais explícita o PD – que a ciência hegemônica, não assumindo tal compromisso nas disputas de poder que caracterizam nossas sociedades e evitando produzir conhecimento, a partir (em conjunto) desses grupos, contribui para a ocultação e manutenção das desigualdades e injustiças. Talvez esse seja um dos aspectos que estimulam pesquisadores a buscar articular PD e ACD. Ao assumir o compromisso com mudança social, o pesquisador buscará construções teóricas e metodológicas que dialoguem e sejam operacionalizáveis, uma tarefa difícil no contexto hegemônico, já que ele se coloca em oposição de um padrão global de poder (Quijano, 2005). Assim, a adoção de uma perspectiva situada ou engajada por parte do pesquisador é influenciada pela estrutura de produção de conhecimento, na qual está inserido, que reflete e influencia a estrutura social e do campo acadêmico. Sauerbronn e demais autores (2020) destacam que, ainda que essencial, o domínio

da técnica é insuficiente quando se trata de uma pesquisa alinhada ao PD. É essencial que o pesquisador se veja e se comporte como um ser humano no contexto social, numa prática corporificada. A pesquisa alinhada à proposta decolonial implica construir lugares dentro e fora da universidade para articular projetos intelectuais, políticos e éticos.

A concepção de mundo e de ciência que articula estrutura e agência é uma característica do PD e da ACD. Nos dois casos, considera-se tanto estrutura quanto agência, perspectivas essenciais e indissociáveis na análise dos fenômenos sociais. Maldonado-Torres (2007) destaca, no PD, a presença das dimensões estruturais e intersubjetivas, que coexistem na necessidade de análise da dimensão histórica da colonialidade (apontada por Enrique Dussel) e nas expressões existenciais da colonialidade (apresentadas por Franz Fanon). Para a ACD, a vida social é uma rede de práticas sociais diversas – econômica, política, cultural, familiar, entre outras – interconectadas e, para compreendê-la, é necessário apreender as relações estabelecidas entre estrutura e agência (Chiapello; Fairclough, 2002). A riqueza e a complexidade da articulação entre estrutura e agência aproximam as abordagens, mas também propõem um desafio para os pesquisadores, sobretudo em contextos nos quais recursos e tempo destinados a pesquisas são cada vez mais reduzidos. A pressão produtivista, no âmbito acadêmico, opõe-se a uma pesquisa que tenha como ponto de partida a articulação entre agência e estrutura, a crítica e o comprometimento social já discutidos.

Desenvolver uma pesquisa, partindo de uma ou de ambas as perspectivas aqui discutidas, demanda do pesquisador, além do conhecimento sobre as suas bases ontológicas e epistemológicas, um posicionamento situado ou engajado. Para a ACD, é fundamental que os analistas críticos tenham consciência de seu papel na sociedade, para construir uma análise complexa dos fenômenos sociais discursivos e também para empoderar quem não tem

poder, ampliando justiça e igualdade social (Van Dijk, 1999). Isto também se aplica ao PD que demanda do pesquisador mudança de posicionamento em relação ao conhecimento, ao mundo, ao conceito de racionalidade e a busca por esforços descolonizantes (Borsani, 2014). Ainda, nesse sentido, Santos e Meneses (2014) reafirmam a importância de que pesquisadores compreendam que sua tarefa não é estudar “sobre” pessoas, mas estudar “com” pessoas.

Tais mudanças de posicionamento – que apontam uma nova conexão entre PD e ACD – podem soar como um desafio individual a ser enfrentado pelos pesquisadores. Mas é preciso lembrar que o modelo de ciência dominante, marcado pelo positivismo e neutralidade, ainda predomina no campo científico e, como padrão dominante, exerce influência e poder sobre o comportamento dos pesquisadores. Mais ainda, é preciso destacar que todas as vezes que cientistas e sociedade civil apontam os limites do modelo dominante – independentemente da área –, ela tem sido rechaçada, ignorada, com consequências negativas para a sociedade e, particularmente, para os grupos subalternizados. Sem enfrentar o modelo de ciência e educação dominante, que naturaliza ou despreza as desigualdades e injustiças sociais – uma tarefa coletiva –, será difícil exigir que pesquisadores tenham condições e recursos para assumir um posicionamento engajado e enfrentar uma disputa de poder também desigual.

Apesar dos obstáculos, observa-se uma abertura para estudos orientados pelo PD e pela ACD. No campo do PD, surgem pesquisas sobre movimentos de resistência – feministas, antirracistas, ecologistas e culturais –, além de estudos sobre as estruturas dominantes (papel das corporações, mídia e ciência) no contexto atual. A ACD tem foco na análise de discursos, como o capitalismo e neoliberalismo e manifestações de governos e mídia, mas também estudos sobre racismo e outras formas de discriminação (Dulci; Malheiros, 2021; Resende, 2020), sugerindo, inclusive, a consolidação de um campo específico da ACD Latino-Americana

(Macedo, 2022). Tal diversidade de estudos está também relacionada a outro aspecto que aproxima PD e ACD: a transdisciplinaridade. Ambas assumem a necessidade de diálogos com diversas áreas do conhecimento, como filosofia, economia, história, sociologia, antropologia, teoria feminista, ecologia política e linguística (Escobar, 2003; Fairclough, 2000, 2005; Resende; Ramalho, 2006), bem como com problemáticas locais e globais (Walsh, 2007), como condição para desenvolver as análises complexas dos fenômenos sociais a que se propõem. Destacamos que a transdisciplinaridade, nas Ciências Sociais, tem sido um tema discutido, mas dificilmente operacionalizado. Ainda há muita dificuldade de construir diálogos capazes de contribuir para o avanço científico, rompendo barreiras disciplinares que funcionam também como mecanismos de controle da produção do conhecimento. Essa situação se repete, no campo da ACD, constituindo-se num desafio, segundo Wodak (2004). Deve ser também considerada como um desafio quando se trata de articular PD e ACD.

Ainda tratando de desafios, identificamos um possível ruído na aproximação entre o PD e ACD. Enquanto a ACD, desenvolvida por Fairclough, apresenta o modelo tridimensional (Fairclough, 2001, 2003) e o enquadre (Chouliaraki; Fairclough, 1999), como protocolos de pesquisa, que podem ainda usar múltiplas ferramentas de análise, oferecendo uma proposta analítica aparentemente mais estruturada, já se fala na ausência de protocolos ou definições metodológicas *a priori* no desenvolvimento de pesquisas decoloniais (Borsani, 2014). Abdalla e Altaf (2018) afirmam que a existência do modelo tridimensional da ACD não representa uma camisa de força, como reforça o próprio Fairclough (2001). Além disso, o movimento do modelo tridimensional para o enquadre levou os analistas a privilegiarem a articulação de práticas sociais, a dialética e o caráter emancipatório da ACD (Resende; Ramalho, 2004). Ou seja, com esse movimento, fortaleceu-se o engajamento com o contexto social e

revelou-se que a ACD está aberta a modificações, sobretudo, para trocas com outros campos científicos. Ainda, nesse sentido, pesquisadores defendem a compatibilidade de ACD com a pesquisa etnográfica, também bastante usada nas pesquisas de caráter decolonial. Assim, não identificamos esse aspecto como uma ruptura entre as duas abordagens, mas como um desafio e uma oportunidade de diálogo e construção metodológica.

Nenhuma aproximação seria possível se o discurso não tivesse papel importante nas duas abordagens. Embora com elaborações distintas, decorrentes das áreas às quais estão originalmente vinculadas, os termos “discurso” e “linguagem” se destacam tanto no PD quanto na ACD. Para Fairclough, discurso refere-se ao uso da linguagem, como forma de prática social, que interage com a estrutura social, como um momento irredutível da vida social. O termo “discurso” também pode ser empregado, segundo o autor, como substantivo concreto, no qual o discurso é considerado como um modo particular de representar parte do mundo, ligado a interesses específicos – por exemplo, discurso neoliberal, discurso religioso (Fairclough, 2001). Nas duas situações, o discurso contribui para a construção de identidades sociais e posições dos sujeitos sociais e para construir as relações sociais entre as pessoas e sistemas de conhecimento e crenças. Ou seja, o discurso pode ser e é utilizado para a dominação, aproximando-se assim do PD.

No âmbito do PD, o discurso estabelece, legítima e oculta as mazelas do neoliberalismo, efetiva o controle do campo científico e exclui milhares de pessoas de decisões que as afetarão diretamente. Maldonado-Torres (2007) defende que o papel da linguagem na colonialidade é fundamental. As linguagens não são apenas fenômenos “culturais”, nos quais as pessoas encontram sua “identidade”, mas também lugares nos quais o conhecimento está inscrito (Mignolo, 2003). O discurso é um elemento que aproxima e favorece o diálogo entre PD e ACD. Além disso, o debate em torno do

discurso e da linguagem, de uma perspectiva crítica, tem potencial de contribuição para a formação de pesquisadores.

Apesar disso, as formas mais comuns de abordagem de discursos no PD e ACD diferem. A ACD, tradicionalmente, dedica-se à análise dos discursos dominantes. Contudo Wodak (2004) afirma que as concepções de discurso, poder e ideologia, características da ACD de forma geral, possibilitam a análise das pressões verticalizadas e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder. Discursos expressam, em diferentes graus, ideologias que atuam no sentido de reafirmar ou romper com relações de dominação (Fairclough, 1992). Ou seja, não há um obstáculo à análise de discursos que representem resistência.

O PD tem uma tradição de pesquisa voltada para experiências concretas de enfrentamento da ordem hegemônica, buscando dar visibilidade às histórias não contadas ou apagadas (Mignolo, 2005), às narrativas daqueles que estão às margens da sociedade, dos registros do conhecimento subalternizado. Ao defender, entretanto a desobediência epistêmica, Mignolo (2007) lembra que tal processo se dá tanto pelo viés analítico – análise da retórica da modernidade e da lógica da colonialidade – quanto pela via pragmática – construção de uma gramática da decolonialidade – e que ambas estão relacionadas. O autor ressalta a conexão entre a compreensão e desnaturalização da estrutura dominante e sua lógica (etapa importante, para a identificação da própria subalternidade) e os processos de resistência e mudança social. Prevalece, em ambos os casos, o *locus* de enunciação do subalterno. Novamente, não há um obstáculo à análise de discursos ou grupos sociais dominantes ou subalternizados, já que eles estão conectados.

À medida que PD e ACD se revelam espaços abertos e transdisciplinares, a dinâmica das pesquisas tende a refletir as dinâmicas sociais, o que as aproxima e que pode contribuir para a relevância das Ciências Sociais.

Quadro 1 – Aproximações entre PD e ACD

Aproximações	Caráter crítico Compromisso com mudança social Perspectiva ontológica e epistêmica que articula estrutura e agência Mudança no posicionamento dos pesquisadores Transdisciplinaridade Centralidade do discurso nos processos sociais e de dominação
Desafios	Complexidade das análises dos fenômenos sociais e do contexto Resistências à produção científica crítica e engajada Transdisciplinaridade Compatibilização metodológica Ponto de partida e foco das análises

Fonte: elaborado pelas autoras.

O Quadro 1 sintetiza as principais aproximações entre PD e ACD e os desafios para esse processo, buscando organizar as ideias discutidas neste artigo. Não faz jus, porém, à complexidade das articulações possíveis. Assim, as características que aproximam PD e ACD são exatamente as que se constituem como desafios para os avanços científicos que poderiam ser produzidos, já que ambas se posicionam na contramão do padrão hegemônico de ciência. Nesse sentido, as contribuições científicas e sociais que as abordagens aqui discutidas possam trazer – isoladamente ou em conjunto –, muitas vezes, se perdem em disputas de poder dentro do próprio campo acadêmico. Tais disputas decorrem da necessidade de manutenção da hegemonia, sustentando um modelo de ciência, uma estrutura social, que invisibiliza relações sociais desiguais e injustas. Os conflitos mais ou menos explícitos se refletem, na geopolítica global, mas também nos corredores das instituições de ensino e pesquisa inclusive de países do Sul Global.

Em termos sociais – e das Ciências Sociais –, pesquisas orientadas pelo PD e pela ACD trazem à luz perspectivas críticas sobre processos de dominação que foram naturalizados. Trazem também narrativas que foram apagadas, de grupos que pensam, articulam-se e sobrevivem por caminhos que são ignorados

pela sociedade e também pela ciência. Esses podem ser caminhos para pensar sociedades construídas, em modelos globais e hegemônicos, que oferecem todos os sinais de falência. Pela ótica dominante, não há saídas – como a intensificação do neoliberalismo tem reafirmado, ao longo dos últimos anos. Precisamos de outras perspectivas complexas, transdisciplinares para repensar e reconstruir a sociedade. As possíveis contribuições delineadas pelas aproximações entre PD e ACD impõem também desafios, já que trazer à tona fenômenos das margens coloca em movimento novas disputas de poder sobre as quais não se tem controle.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste ensaio é delinear algumas possibilidades de aproximação entre o PD e a perspectiva teórico-metodológica da ACD, proposta por Norman Fairclough, discutindo os desafios e contribuições para o campo das Ciências Sociais. Partimos de uma caracterização geral das duas abordagens, como um passo para a identificação de aspectos comuns ou dissonantes entre elas. Entre os aspectos que aproximam PD e ACD, estão o caráter crítico e transdisciplinar, o compromisso com mudança social, a orientação por uma perspectiva ontológica e epistêmica que articula estrutura e agência, a defesa da necessidade de mudança no posicionamento dos pesquisadores e a centralidade do discurso nos processos sociais e de dominação.

Pontualmente, identificamos como desafios a compatibilização metodológica entre PD (que defende a dificuldade de definir metodologias *a priori*) e ACD (que apresenta propostas de análise mais estruturadas) e os recortes e fenômenos tradicionalmente estudados nas duas abordagens que tendem a diferir. Além disso, a complexidade das análises dos fenômenos sociais e do contexto, a prevalência de resistências à produção científica crítica e

engajada, a dificuldade de colocar em prática a transdisciplinaridade são alguns pontos que se apresentam como desafios para a aproximação entre PD e ACD, já que tais perspectivas se opõem ao modelo dominante de ciência. Observa-se que os aspectos, que são apresentados como possibilidades de aproximação entre PD e ACD, também colocam desafios ao uso de tais abordagens – individualmente ou em conjunto.

As contribuições de PD e ACD para as Ciências Sociais envolvem uma abordagem complexa dos fenômenos sociais, inclusive contemporâneos, sem deixar de lado a história e a leitura crítica do conhecimento produzido, que podem renovar o interesse e o impacto positivo das Ciências Sociais sobre a sociedade. Acrescenta-se que PD e ACD podem contribuir, promovendo uma discussão sobre a formação de pesquisadores e oferecendo caminhos para a transdisciplinaridade – tão discutida, mas ainda um desafio.

É preciso enfrentar o padrão dominante de ciência, principalmente, a suposta neutralidade do pesquisador. Sem engajamento, não haverá interesse em desnaturalizar as estruturas de dominação e injustiça que permeiam organizações e sociedade. Mas esse não deve ser visto como um desafio individual apenas, mas como parte de uma mudança maior na esfera científica e acadêmica, que envolve relações de poder, produtividade científica, alta especialização de profissionais e fechamento disciplinar. Discutir e rever tais aspectos é essencial para o necessário aprofundamento teórico – às vezes, muito diferente da formação do pesquisador – demandado tanto no PD quanto na ACD.

Um aspecto que não deve ser ignorado é que as aproximações entre PD e ACD não implicam necessariamente a utilização simultânea dessas abordagens em pesquisas. E não é o que sugerimos aqui. O diálogo proporcionado por essa aproximação pode trazer contribuições ainda mais ricas para as pesquisas em Ciências Sociais. É importante que, ao promover tais aproximações, não se caia na armadilha

de estabelecer hierarquias e instrumentalizar teorias e metodologias, o que nos levaria a reproduzir fechamentos que limitam a compreensão de fenômenos sociais e que são o centro das críticas pontuadas pelo PD e pela ACD. Por fim, as pesquisas que se desenvolvem na interseção da ACD e do PD exigem a manutenção de uma coerência com o *locus* de enunciação do subalterno, seja analisando discursos hegemônicos ou não. Um esforço considerável numa sociedade desigual em que, infelizmente, a ciência – e os pesquisadores – se afastou muito da realidade, como alertam as abordagens aqui estudadas.

Sugerimos o compartilhamento de propostas, resultados e dificuldades enfrentadas por pesquisadores brasileiros, que se orientam pelo PD e pela ACD, em conjunto ou isoladamente, consolidando as possibilidades de reflexão coletiva. Essa reflexão deve envolver academia e sociedade se quisermos superar as barreiras que afastam essas instâncias.

Recebido para publicação em 16 de julho de 2020
Aceito para publicação 18 de junho de 2024

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. M.; ALTAF, J. G. Análise Crítica do Discurso em Administração/ Gestão: sistematização de um framework metodológico para o modelo tridimensional de Norman Fairclough. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 6., 2018, Porto Alegre. *Anais eletrônicos* [...]. Porto Alegre: ANPAD, 2018. Disponível em: https://arquivo.anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=&cod_evento_edicao=90&cod_edicao_subsecao=1543&cod_edicao_trabalho=24171. Acesso em: 22 jun. 2017.
- ABDALLA, M. M.; FARIA, A. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. *Cadernos EBAPE. BR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 914-929, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/qCPMJCKSWD9BtFWmLmnDjds/?lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2019.
- ALVESSON, M.; KARREMAN, D. Varieties of discourse: on the study of organizations through discourse analysis. *Human Relations*, [United Kingdom], v. 53, n. 9, p. 1125-1149, 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0018726700539002>. Acesso em: 14 jan. 2007.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2019.

- BORSANI, M. E. Reconstrucciones metodológicas y / o metodologías a posteriori. *Astrolabio*, Córdoba, n. 13, p. 146-168, 2014. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/9028>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- BRAGATO, F. F.; COLARES, V. Índices de descolonialidade na Análise Crítica do Discurso na ADPF 186/DF. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 949-980, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/sxrsKHRzfc4rZrRkfhnc7BL/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2020.
- CALDAS, M. P.; WOOD JUNIOR, T. Para inglês ver: importação de tecnologia gerencial no Brasil. In: CALDAS, M. P.; WOOD JUNIOR, T. (org.). *Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira*. São Paulo: Atlas, 1999. p. 27-41.
- CALDERÓN, P. A. L. Abordagem metodológica em estudos decoloniais: possível diálogo entre a análise crítica do discurso e as epistemologias do sul. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 20., 2017, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: USP, 2017. Disponível em https://login.semead.com.br/20semead/anais/resumo.php?cod_trabalho=2018. Acesso em: 8 mar. 2019.
- CARRIERI, A. de P.; CORREIA, G. F. A. Estudos Organizacionais no Brasil: Construindo Acesso ou Replicando Exclusão? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 59-63, jan./fev. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/bZ7DVgd7CX8pDrG39ZxKyVp/?lang=pt>. Acesso em: 3 nov. 2020.
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 9-24.
- CHIAPELLO, E.; FAIRCLOUGH, N. Understanding the new management ideology: a transdisciplinary contribution from critical discourse analysis and new sociology of capitalism. *Discourse & Society*, [United Kingdom], v. 13, n. 2, p. 185-208, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0957926502013002406>. Acesso em: 28 mar. 2018.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. *Revista Spirales*, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 1, p. 174-193, 2021. Disponível em: <https://revistas.unifa.edu.br/espiales/article/view/2686>. Acesso em: 20 out. 2022.
- ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. (comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 63-79. Disponível em: <https://www.tni.org/es/publicacion/C3%B3n/la-colonialidad-del-saber-eurocentrismo-y-ciencias-sociales>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- ESCOBAR, A. Mundos y econocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 1, p. 58-86, enero/dic. 2003. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero01/mundos-y-conocimientos-de-otro-modo-el-programa-de-investigacion-de-modernidad-colonialidad-latinoamericano/>. Acesso em: 16 out. 2020.
- ESCOBAR, A. *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University, 2008.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis as a method in social scientific research. In: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). *Methods of critical discourse analysis*. Londres: Sage, 2005. p. 121-138.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, E. R. *Análise crítica de discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 77-104.
- FAIRCLOUGH, N. Discourse, social theory and social research: the case of welfare reform. *Journal of Sociolinguistics*, London, v. 4, n. 2, p. 163-195, 2000. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9481.00110>. Acesso em: 14 abr. 2007.
- FAIRCLOUGH, N. Discourse, social theory and social research: the case of welfare reform. *Journal of Sociolinguistics*, London, v. 4, n. 2, p. 163-195, 2000.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. New York: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N.; MELO, I. F. de. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. *Linha d'Água*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>. Acesso em: 7 jul. 2014.
- FARIA, A.; ABDALLA, M. M.; GUEDES, A. L. Can We Co-Construct a Field of Management / Administration Engaged with the Majority? *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 28, n. 98, p. 549-581, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/kWfXLnNfcnPdfj8YtgQQ84F/?lang=en>. Acesso em: 9 fev. 2022.
- GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from the margins. *Organization*, [United Kingdom], v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1350508406065851>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- LIMA, A. Del C. C. de; CAPPELLE, M. C. A.; PEREIRA, S. B. Decolonial approach and critical discourse analysis: Theoretical convergences for organizational studies. *Opcion: revista de ciências humanas y sociales*, Maracaibo, ano 35, n. 89.2, p. 174-214, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/39817?mode=full>. Acesso em: 23 maio 2020.
- MACEDO, L. B. Enegrecendo os estudos críticos discursivos: contribuições epistemológicas afroperspectivistas para o campo da Análise Crítica Do Discurso no Brasil. *Trabalhos Em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 61, n. 1, p. 251-264, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ta/a/bVHcK88WkJS5Fp7Hpc9jL5G/?lang=pt>. Acesso em: 4 jan. 2023.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 127-168.
- MIGNOLO, W. D. Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: lógica de la colonialidad y postcolonialidad

- imperial. *Tabula Rasa*, Bogotá, v. 3, p. 47-71, 2005. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero03/cambiando-las-eticas-y-las-politicas-del-conocimiento-logica-de-la-colonialidad-y-postcolonialidad-imperial/>. Acesso em: 20 abr. 2009.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*: dossiê: literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600304>. Acesso em: 3 jul. 2009.
- MIGNOLO, W. D. *Desobediencia epistémica*: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- MIGNOLO, W. D. Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom. *Theory, Culture & Society*, [United Kingdom], v. 26, n. 7-8, p. 159-181, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0263276409349275>. Acesso em: 20 maio 2011.
- MIGNOLO, W. D. *Histórias locais / projetos globais*: colonialidade, saberes subalternizados e pensamento liminar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. D. *La idea de América Latina*: La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007.
- MIGNOLO, W. D. Retos decoloniales, hoy. In: BORSANI, M. E.; QUINTERO, P. (comp.). *Los desafíos decoloniales de nuestros días*: pensar en colectivo. Neuquén: Ed. Universidad Nacional del Comahue, 2014a. p. 23-46.
- MIGNOLO, W. D. Spirit out of bounds returns to the East: The closing of the social sciences and the opening of independent thoughts. *Current Sociology*, [United Kingdom], v. 62, n. 4, p. 584-602, 2014b. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0011392114524513>. Acesso em: 25 maio 2016.
- MIGNOLO, W. D. *The darker side of western modernity*: global futures, decolonial options. London: Duke University, 2011.
- NAVARETE, J. M. Colonialidad y Des/colonialidad en América Latina: elementos teóricos. In: QUIJANO, A. (org.). *(Des) colonialidad y bien vivir*: um novo debate em América Latina. Lima: CLACSO, 2014. p. 217-240.
- NESKE, M. Z. *Colonialidade e desenvolvimento*: a ressignificação do lugar em “zonas marginalizadas” no sul do Rio Grande do Sul. 2014. Tese (Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/109252>. Acesso em: 23 nov. 2015.
- OCAÑA, A. O.; LÓPEZ, M. I. A. *Hacer decolonial*: desobedecer a la metodología de investigación, Bogotá, v. 16, n. 31, p. 147-166, 2019. Disponível em: <https://revistas.usantotomas.edu.co/index.php/hallazgos/article/view/4991>. Acesso em: 19 jan. 2021.
- OLIVEIRA, C. G. de; WANDERLEY, S. E. P. V. Subalterno pode escrever! Uma contribuição decolonial e interseccional na obra de Carolina Maria de Jesus para os estudos organizacionais. *RECADM*, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 242-274, 2022. Disponível em: <https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/3472>. Acesso em: 16 maio 2023.
- PEDRO, E. R. *Análise crítica de discurso*: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y claficiación social. In: CLÍMACO, D. A. (org.). *Cuestiones y horizontes*: de la dependencia historico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 285-327.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y claficacion social. *Journal of World-Systems Research*, San Francisco, v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/index.php/jwsr/article/view/228>. Acesso em: 19 mar. 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 93-126.
- QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World. *International Social Science Journal*, [s. l.], v. 44, n. 4, p. 549-557, 1992.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. *Análise de discurso (para a) crítica*: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.
- REIS, E. As ciências sociais e o bug do milênio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 9, 1999.
- RESENDE, V. de M. *Análise de Discurso Crítica e etnografia*: o movimento nacional de meninos e meninas de rua, sua crise e o protagonismo juvenil. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f0f07f33bc4d711ecbe6e5141d3afd01c/Analise%20de%20discurso%20critica%20e%20etnografia.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.
- RESENDE, V. de M. O espaço paradoxal da academia latino-americana: pensamento aprisionado, pensamento que aprisiona? *Wirapuru*: revista latinoamericana de estudios de las ideas, Santiago, año 1, n. 2, p. 74-80, 2020. Disponível em: <https://wirapuru.cl/index.php/publicaciones/2020/2do-semester>. Acesso em: 24 nov. 2022.
- RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. C. V. S. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. C. V. S. *Análise de discurso crítica*, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-208, 2004. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/307. Acesso em: 7 jul. 2006.
- SÁ, M.; ALCADIPANI, R.; AZEVEDO, A.; RIGO, A. S.; SARAIVA, L. A. S. De onde viemos, para onde vamos? Autocrítica coletiva e horizontes desejáveis aos Estudos Organizacionais no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 60, n. 2, mar./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/xHcVRXdbGcdHmtCD7MSnyQx/?lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- SANTOS, B. de S. Más allá del pensamiento abismal: de las líneas globales a una ecología de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2014. p. 23-72.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Introducción. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2014. p. 9-19.
- SANTOS, B. de S. *O Fim do Império Cognitivo*: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SAUERBRONN, F. F.; AYRES, R. M.; SILVA, C. M. da; LOURENÇO, R. L. Decolonial studies in accounting? Emerging contributions from Latin America. *Critical Perspectives on Accounting*, [s. l.], v. 99, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235420301295?via%3Dihub>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- SILVA, V. F.; WANDERLEY, S. Aproximações entre a metodologia da investigação temática e a abordagem decolonial: uma proposta para a área dos Estudos Organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 514-526, jul./ago. 2022.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/Ckxv6CH95mQz39ZchVxJBBD/?lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2023.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TÍLIO, R. C. Revisitando a análise crítica do discurso: um instrumental teórico-metodológico. *Revista do Curso de Letras da UNIABEU*, Nilópolis, v. 1, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/21>. Acesso em: 11 abr. 2014.

VAN DIJK, T. A. El análisis crítico del discurso. *Revista anthropolos: huellas del conocimiento*, Barcelona, n. 186, p. 23-36, sep./oct. 1999.

WALSH, C. (ed.). *Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas*. Quito: Abya-Yala, 2005.

WALSH, C. Shifting the Geopolitics of Critical Knowledge: decolonial thought and cultural studies 'Others' in the Andes. *Cultural Studies*, London, v. 21, n. 2-3, p. 224-239, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09502380601162530>. Acesso em: 16 jun. 2011.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, p. 223-243, 2004. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297. Acesso em: 20 jul. 2006.

WODAK, R.; MEYER, M. *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage, 2001.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Flávia Naves – Conceitualização; Visualização; Escrita - esboço original; Escrita - revisão e edição.

Christiane Batista de Paulo Lobato – Conceitualização; Visualização; Escrita - esboço original; Escrita - revisão e edição.

Flávia Naves – Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, professora da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e coordenadora do Laboratório de Estudos Transdisciplinares (Letra). Publicou recentemente, em coautoria, os artigos “Da ciência hegemônica à experiência sensível de pesquisa: um caminho ético-político”, no periódico *Linhas Críticas* (v.29), e “Representação de Atores Sociais nos desdobramentos de um Crime Corporativo”, no periódico *Administração Pública e Gestão Social* (v. 15).

Christiane Batista de Paulo Lobato – Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), coordenadora e professora do curso de Administração do Centro Universitário de Lavras (Unilavras), gestora do projeto Habilidades para a Vida e pesquisadora do Laboratório de Estudos Transdisciplinares (Letra).

**DIALOGUES BETWEEN DECOLONIAL THINKING
AND CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS**

*Flávia Naves
Christiane Batista Lobato*

The purpose of this essay is to discuss challenges and opportunities for social research that arise from the approximation between the strands of Decolonial Thinking (DT) and Critical Discourse Analysis (CDA) developed by Norman Fairclough. The article recovers the foundations of these currents of thought, which defend a commitment to social change, and summarizes the aspects in which they approach and which challenge social scientists. Based on this scenario, we reflect on the implications of adopting such perspectives for the field of Social Sciences. Building bridges between DT and CDA implies bringing to light phenomena and voices from the margins, setting new power disputes in motion. We seek to contribute to the debate on the relevance of social research in unequal contexts, through an overview that allows for transdisciplinary dialogue with researchers in the field of Social Sciences.

KEYWORDS: Decolonial Thinking. Critical Discourse Analysis. Transdisciplinarity.

**DIALOGUES ENTRE LA PENSÉE DÉCOLONIALE
ET L'ANALYSE CRITIQUE DU DISCOURS**

*Flávia Naves
Christiane Batista Lobato*

Le but de cet essai est de discuter des défis et des opportunités pour la recherche sociale qui découlent du rapprochement entre les courants de la Pensée Décoloniale (PD) et de l'Analyse Critique du Discours (ACD) développée par Norman Fairclough. L'article récupère les fondements de ces courants de pensée, qui défendent un engagement pour le changement social, et résume les aspects dans lesquels ils abordent et qui interpellent les sciences sociales. Sur la base de ce scénario, nous réfléchissons aux implications de l'adoption de telles perspectives pour le domaine des sciences sociales. Construire des ponts entre PD et ACD implique de mettre en lumière des phénomènes et des voix des marges, de mettre en mouvement de nouveaux conflits de pouvoir. Nous cherchons à contribuer au débat sur la pertinence de la recherche sociale dans des contextes inégalitaires, à travers une vision d'ensemble qui permet un dialogue transdisciplinaire avec des chercheurs dans le domaine des sciences sociales.

MOTS-CLÉS: Pensée décoloniale. Analyse du discours critique. Transdisciplinarité.

